

# O BÔNUS DEMOGRÁFICO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

José Eustáquio Diniz Alves<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Muito se discute sobre o crescimento sustentado da economia brasileira nesse início do século XXI. Para alguns analistas, a recuperação econômica de 2004 não passa de um “vôo da galinha”, isto é, uma retomada econômica de fôlego curto. Outros, se não falam de um “vôo de águia”, consideram que o Brasil iniciou um crescimento sustentado de fôlego longo. Evidentemente o crescimento da economia internacional tem ajudado a recuperação brasileira e é um fator condicionante do futuro. Atualmente, existe um otimismo mundial com o desempenho dos “países emergentes”, em especial com os grandes países que compõem a sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Mas quais são os condicionantes internos da economia brasileira? Será que os primeiros 30 anos do século XXI podem ser tão positivos em termos de crescimento quanto os “trinta anos de ouro” (1950-1980) da economia brasileira? Certamente não existem respostas simples para essas questões. Contudo, o objetivo desse artigo é mostrar que a demografia pode ser o grande fator propulsor do crescimento nas três primeiras décadas do novo milênio. Do ponto de vista demográfico, a situação brasileira é mais favorável agora do que há cinco décadas atrás.

Durante os anos de 1950 e 1980 a economia brasileira cresceu, em números redondos, a uma média de 7%, enquanto a população cresceu 2,8% ao ano. A renda per-capita cresceu 4,2% ao ano. Esses trinta anos marcaram o melhor período de crescimento de toda a história brasileira. Há de se considerar que o Brasil partiu de uma base muito baixa e contou com uma grande transformação em decorrência da passagem de uma sociedade rural e agrária para uma sociedade urbana e industrial. Os deslocamentos da população do campo para as cidades e a importação de tecnologias modernas possibilitaram um grande salto do PIB e da produtividade do trabalho, a despeito da crescente desigualdade na distribuição da renda.

As duas décadas seguintes (1980 a 2000) foram marcadas, em grande parte, por crises econômicas, alta inflação, perda de dinamismo social e por um agravamento da violência e da insegurança. As duas “décadas perdidas” lançaram dúvidas sobre a capacidade da economia brasileira retomar o crescimento, o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida. Os três primeiros anos do século XXI não foram muito alvissareiros. A economia brasileira apresentou baixo crescimento econômico entre 2001 e 2003 e nem a mudança de governo e a ampliação da democracia no país foram mudaram o humor e a confiança.

Todavia, o ano de 2004 voltou a apresentar números positivos. Tem crescido a consciência de que o país não está condenado ao fracasso se adotar políticas econômicas e sociais corretas. Nesse sentido, a situação atual da população brasileira pode ser o diferencial para a retomada do desenvolvimento e a volta da esperança. Existe um “bônus demográfico”, que se bem aproveitado, pode alavancar a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

## 2. A transição demográfica

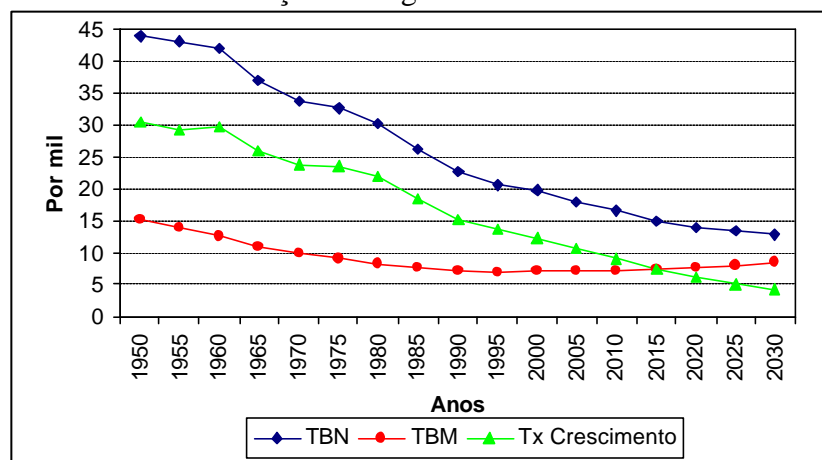
O período de crescimento econômico anterior (1950-1980), marcado pela urbanização, monetarização e industrialização do país, lançou as bases da transição demográfica, isto é, a

---

<sup>1</sup> Professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

redução das taxas brutas de mortalidade (TBM) e natalidade (TBN). Como as taxas de mortalidade caíram primeiro e em ritmo mais rápido do que as taxas de natalidade, houve uma aceleração do crescimento populacional em relação a todos os períodos anteriores. Nas décadas de 1950 e 1960 a população cresceu aproximadamente 3% ao ano. Mesmo com a desaceleração do crescimento demográfico a partir da segunda metade dos anos 60, as três décadas que cobrem o período de 1950 a 1980 foram marcadas pelo maior crescimento demográfico de toda a história brasileira, apresentando uma taxa média de crescimento de 2,8% ao ano. O gráfico 1 mostra o processo de transição demográfica no Brasil de 1950 a 2030. Foram utilizados os dados e as projeções das Nações Unidas (revisão de 2002). Nota-se que o Brasil está no meio do processo da transição demográfica. Nos próximos 30 anos as taxas brutas de mortalidade vão ficar praticamente estáveis, enquanto as taxas brutas de natalidade vão continuar caindo, o que vai reduzir o ritmo de crescimento vegetativo da população. Estima-se que a taxa de crescimento demográfico brasileiro fique, em média, 0,8% no período 2000-2030 e chegue a 0,4% em 2030. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, do IBGE, mostram que as taxas de fecundidade (número de filhos por mulher) continuam caindo no Brasil e chegou ao nível de reposição<sup>2</sup> em 2003. Portanto, a desaceleração do ritmo de crescimento populacional é um fato inexorável.

Gráfico 1: Transição demográfica no Brasil: 1950-2030



Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp> - visitado em 4 de dezembro de 2004.

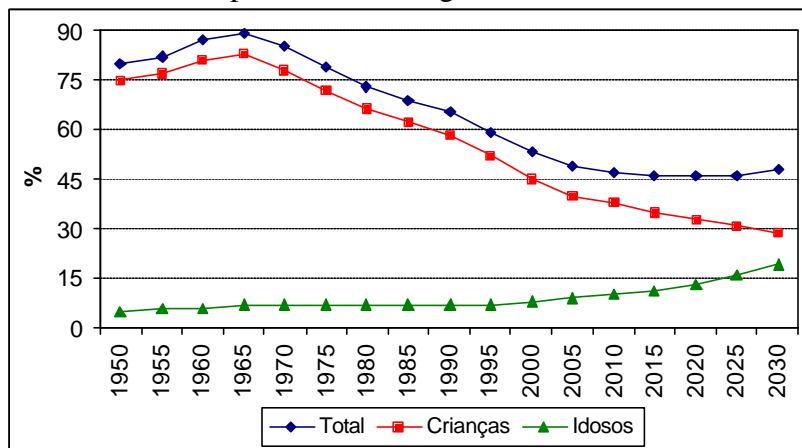
### 3. Taxas de dependência demográfica

Uma das conseqüências da transição demográfica é a alteração da estrutura etária da população reduzindo o peso relativo das crianças e aumentando, em primeiro lugar, o peso dos adultos e, em um período posterior, o peso dos idosos. Desta forma, o primeiro efeito da transição demográfica é reduzir as taxas de dependência demográfica, como mostra o gráfico 2. Nota-se que entre 1950 e 1965 as taxas de dependência aumentaram chegando a 90 pessoas “dependentes” para cada 100 pessoas em idade produtiva. Com a queda da fecundidade a taxa de dependência foi se reduzindo e deve permanecer em seu valor mais baixo entre 2015 e 2025. Observa-se que a taxa de dependência de crianças (0 a 14 anos) continua caindo persistentemente, compensando a elevação da dependência dos idosos (65 anos e mais). Somente a partir de 2025 a taxas de dependência voltarão a se elevar no Brasil. Comparando os dois períodos em questão, o número de

<sup>2</sup> A taxa de fecundidade de 2,1 filhos por mulher é considerada a taxa que, mantida no longo prazo, mantém a população estacionária, isto é, sem crescimento ou decrescimento do número de habitantes.

dependentes para cada 100 pessoas em idade de trabalhar era, em média, de 82 pessoas em 1950-1980, caindo para 47, em média, no período 2000-2030. Isto significa que a “carga econômica” da dependência demográfica é bastante menor nesse início do século XXI, do que qualquer outro momento da história brasileira. A menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico.

Gráfico 2: Taxas de dependência demográfica no Brasil: 1950-2030

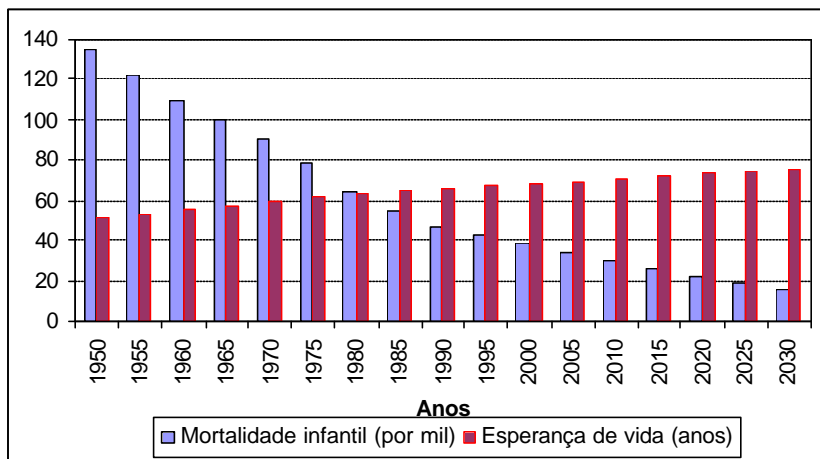


Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp> - visitado em 4 de dezembro de 2004

#### 4. A mortalidade infantil e a esperança de vida

O gráfico 3 mostra que houve uma redução significativa nas taxas de mortalidade infantil e um aumento significativo na esperança de vida ao nascer do brasileiro. Em 1950, cerca de 140 crianças morriam por ano antes de completar um ano de vida. A mortalidade infantil caiu para 60 por mil em 1980, cerca de 30 por mil em 2000 e deve ficar abaixo de 10 por mil após 2020. Já a esperança de vida ao nascer seguiu, naturalmente, o caminho inverso, pois estava em 50 anos em 1950, passou para 63 anos em 1980, chegou a cerca de 70 anos no ano 2000 e deve ultrapassar 77 anos em 2030. Menores taxas de mortalidade infantil e maiores níveis de esperança de vida significam, além de melhores condições de vida, maior disponibilidade de pessoas aptas a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país.

Gráfico 3: Taxas de mortalidade infantil (por mil) e esperança de vida ao nascer (em anos)

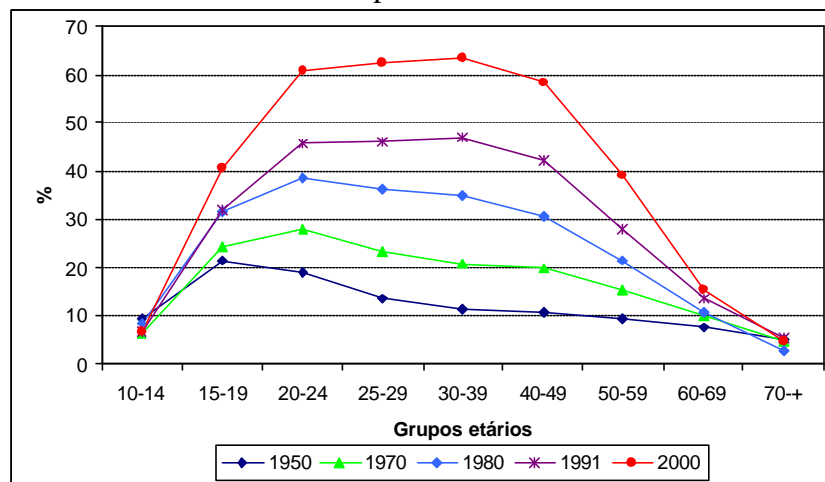


Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp> - visitado em 4 de dezembro de 2004

## 5. A participação feminina

Uma das grandes transformações sociais ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A taxa de atividade total das mulheres com mais de 10 anos de idade subiu de 13,6% em 1950 para 26,9% em 1980 e para 44,1% em 2000. Apesar das diferenças metodológicas existente entre os diversos censos é inquestionável o aumento contínuo da participação feminina na PEA. O gráfico 4 mostra as taxas específicas de atividade para o período (por falta de desagregação adequada omitiu-se os dados do censo de 1960). Observa-se o um aumento persistente da inserção das gerações mais novas, fazendo com que as mulheres com idades entre 20 e 50 anos tenham taxas de atividade superiores a 60%. O padrão das taxas de atividade femininas está cada vez mais parecido com o padrão da taxas masculinas, apesar do nível ser um pouco mais baixo. Os dados abaixo sugerem que uma percentagem ainda maior de mulheres devem entrar e permanecer na PEA nas próximas três décadas.

Gráfico 4: Taxas de atividades específicas femininas - Brasil: 1950-2000



Fonte: censos demográficos do IBGE

## 6. Síntese dos dois períodos

A tabela 1 apresenta uma síntese de alguns indicadores econômicos e demográficos dos dois períodos selecionados. Os números não deixam dúvidas que, em termos sócio-populacionais, a situação em 2000-2030 será muito mais favorável do que era em 1950-1980. A taxa média de dependência demográfica que era de 82 pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade produtiva caiu para 48 dependentes, aliviando a carga econômica das pessoas em idade de trabalhar. Outra maneira de ver a mesma questão é averiguar o crescimento da proporção de pessoas em idade de 15 a 64 anos, que, em média, era de pouco mais da metade da população e passou para mais de dois terços da população. A menor proporção de dependentes decorre da mudança da estrutura etária provocada pela transição demográfica. O processo de envelhecimento da população pode ser visualizado pelo aumento da idade mediana da população que passou de menos de 20 anos para mais de 30 anos. Isso significa que mais da metade da população brasileira terá mais de 30 anos nas próximas décadas. A maior concentração de pessoas adultas na população significa mais disponibilidade de “recursos” humanos para o desenvolvimento.

A taxa de urbanização mostra que, em média, 50% das pessoas viviam nas cidades e esse número passará para mais de 87% nas próximas décadas. Ao mesmo tempo, a percentagem de analfabetos que era maior de 40% vai ficar abaixo de 10%. Portanto, teremos nas três primeiras décadas do século XXI uma população mais urbanizada e com maiores níveis educacionais. Além disso, o crescimento da população que ficou, em média, em 2,8% ao ano entre 1950 e 1980 vai cair para 0,8%, em média, entre 2000 e 2030. A taxa de mortalidade infantil que ficou, em média, em 100 mortes para cada mil nascidos vivos, no primeiro período, vai ficar no máximo em 25 por mil, nas primeiras três décadas do século XXI. Ao mesmo tempo, a esperança de vida apresentará uma elevação significativa, de 57 anos para 72 anos. Desta forma, teremos uma população mais urbanizada, mais educada, com melhores condições de saúde e crescendo em menor ritmo.

Tabela 1: indicadores sócio-demográficos de dois períodos selecionados – Brasil

Indicadores sócio-demográficos	Médias dos períodos	
	1950-80	2000-30
Taxa de dependência demográfica	82	48
População de 15-64 anos (em %)	54	68
Idade mediana (em anos)	19	31
Taxa de urbanização (em %)	50	87
Taxa de alfabetização (em %, ambos os sexos)	58	92
Mortalidade infantil (por mil)	100	25
Esperança de vida ao nascer (em anos)	57	72
Taxa de crescimento demográfico	2,8	0,8
Taxa de atividade feminina (em %)	19	44
Anos médios de estudo das mulheres	2,1	8,5
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	5,5	1,9

Fonte: ONU (<http://esa.un.org/unpp>) e IBGE (<http://www.ibge.gov.br>)

As transformações nas relações de gênero também foram significativas, com um grande aumento da autonomia das mulheres. Além da maior longevidade, as mulheres brasileiras apresentaram uma grande elevação da participação na População Economicamente Ativa (PEA). No período 1950-1980 apenas 19% das mulheres, em média, encontravam-se em atividades produtivas. Nessa época, as maiores taxas de atividades específicas estavam entre as mulheres com menos de 30 anos. Ao longo do tempo, não só os níveis de atividade, mas também o padrão de inserção das mulheres no mercado de trabalho se alteraram bastante. É difícil fazer projeções precisas, mas supondo que nas três primeiras décadas do século XXI a taxa de atividade feminina fique no mesmo nível de 2000, vale dizer 44%, então teríamos uma taxa mais de duas vezes superior ao período anterior e uma maior inserção das mulheres com mais de 30 anos, geralmente casadas. Contribuiu muito para essas maiores taxas de atividade o aumento dos níveis educacionais, que praticamente quadruplicaram entre os dois períodos, e a redução do número médio de filhos. As taxas de fecundidade que estavam acima de 6 filhos por mulher até a década de 1960, devem ficar abaixo do nível de reposição nas próximas três décadas. No Brasil, como em outras regiões do mundo, o trabalho doméstico e a criação dos filhos são responsabilidades

prioritariamente femininas. Assim, a queda da fecundidade representa uma menor carga de trabalho doméstico para as mulheres. Nesse sentido, mulheres com maiores níveis de educação, vivendo mais anos e com maior participação no mercado de trabalho são uma fonte de riqueza para as famílias e o país. A maior oferta de trabalho feminino, decorrente do aumento das taxas de atividade e do maior peso relativo da população adulta, se bem aproveitada, poderá ser um fator decisivo para o avanço das condições econômicas e sociais do Brasil do século XXI.

Pelo exposto, percebe-se que as condições sócio-demográficas da população brasileira são mais favoráveis no período 2000-2030 em relação ao período 1950-1980. Resta saber se essas condições potenciais vão ser utilizadas em termos reais.

## 7. Conclusões

A economia brasileira viveu em 2004 o seu melhor momento da nova década. O quadro internacional, sem dúvida, ajudou muito. Mas existem questionamentos se o país entrou em um ciclo de crescimento sustentado. A resposta para essa questão vai depender da gestão macroeconômica da política monetária, fiscal e desenvolvimentista. Porém, se o Brasil ainda enfrenta dificuldades decorrentes dos 500 anos de “herança maldita”, o país herdou uma situação inquestionavelmente favorável pelo lado demográfico. O quadro populacional do Brasil nas três primeiras décadas do século XXI favorece o crescimento econômico. É o chamado “Bônus demográfico” que representa uma “Janela de oportunidade” decorrente da mudança da estrutura etária da pirâmide populacional.

Em qualquer país, a transição demográfica só acontece uma vez e somente uma vez se pode utilizar o bônus demográfico. No entanto, essa janela de oportunidade de nada adiantará para a solução dos problemas sociais se o país não for capaz de absorver a mão-de-obra disponível e incentivar as potencialidades da alta proporção de pessoas capazes de contribuir para a elevação da produção e da produtividade. A situação interna é favorável, pois estamos com uma população mais preparada em termos de idade, de saúde, de educação, de habitação, etc. para promover o avanço do país. O Brasil do início do século XXI passa por uma combinação entre uma estrutura demográfica e uma estrutura social que realçam uma proporção da população em idade onde o retorno social e econômico das pessoas é maior. Este fato favorece a poupança e o investimento, tanto das famílias quanto da sociedade. Em síntese, a população não é um entrave, mas sim um fator impulsionador do *take off* do desenvolvimento.

Se o PIB crescer 5% ao ano entre 2000 e 2030 teríamos o mesmo crescimento da renda per capita do período de ouro de 1950 a 1980. Esta taxa de crescimento não está distante das possibilidades do país. Pelo lado populacional a situação nunca foi tão favorável, pois, nesse aspecto, o país ultrapassou o umbral do subdesenvolvimento. Contudo, falta aos governos e à sociedade civil superar a mentalidade subdesenvolvida e dependente, adotando políticas econômicas e sociais capazes de fazer do Brasil um país próspero e justo, respeitado no cenário internacional. A hora é agora. Após o ano de 2030 as condições demográficas vão ficar menos favoráveis devido ao crescimento das taxas de dependência e ao envelhecimento populacional. Contudo, se o país aproveitar bem o bônus demográfico existente no período 2000-2030, certamente as condições para enfrentar o futuro vão ficar mais favoráveis. O futuro se constrói no presente. Infelizmente a população brasileira tem sido tratada mais como um problema do que como uma solução. Entretanto, o Brasil não pode perder essa oportunidade e os cidadãos não podem permitir que os dirigentes do país desperdicem o inédito e excepcional “bônus demográfico”.